

FONTE : JB

CLASS. : 1009

DATA : 05 01 90

PG. : 14

Saulo admite deixar os garimpeiros sem material de trabalho

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, garantiu que o governo não usará violência para retirar os garimpeiros de Roraima, na operação de proteção aos índios ianomâmis. Caso haja resistência dos garimpeiros, segundo Saulo Ramos, o governo apelará para o confisco de todo o material utilizado na garimpagem. "Sem este material de garimpo, eles (os garimpeiros) não terão mais como permanecer nas áreas dos índios", assegurou. O ministro da Justiça acredita no sucesso da Operação Ianomâmi e acha que em um mês toda a área indígena estará liberada.

Saulo Ramos lembrou ainda que o governo está disposto a ser tolerante com os garimpeiros, podendo prorrogar o prazo da retirada caso haja dificuldades para convencer os mais resistentes. "Garimpeiro também é gente", frisou o ministro. "O tempo de retirada não é importante, mas sim a eficiência da operação que se propõe e retirar todos os invasores", acrescentou.

Atualmente, a produção de ouro dos garimpos plantados nas áreas indígenas chega a 3 toneladas, mas somente de 600 a 700 quilos são declarados na Receita Federal. "O contrabando de ouro para outros estados e países chega a mais de 60% da produção", afirma o governador Romero Jucá. "Temos que dar um basta a essa situação sem criar um clima de caos social em Roraima", finalizou.

Reservas — Centenas de toneladas de ouro, prata, diamante, molibdênio, terras raras e reservas de cassiterita ainda não medidas, mas comparáveis às maiores existentes no País, despertam o interesse não apenas de milhares de garimpeiros que invadiram as áreas indígenas Ianomâmi, em Roraima, mas também das grandes mineradoras nacionais, como a Paranapanema, ou multinacionais, como a Brascan. "A província mineral de Roraima é comparável à da Serra dos Carajás", acredita o governador de Roraima, Romero Jucá. "O setor mineral é que viabilizará o estado de Roraima", acrescenta.

A exploração mineral em terras indígenas, no entanto, somente será feita mediante prévia autorização do Congresso Nacional, com a permissão das comunidades indígenas diretamente envolvidas. É o que estabelece o artigo 231 da Constituição Federal, que ainda exige lei complementar. "Todos os alvarás de pesquisa já concedidos pelo Departamento Nacional da Produção Mineral em áreas indígenas foram anulados", afirmou o diretor de fomento do DNPM, Gerobal Guimarães, explicando que, agora, "cabe ao Congresso Nacional aprovar ou não a atividade mineral em áreas indígenas".

Em Boa Vista, capital de Roraima, prossegue a Operação Saúde em socorro aos índios ianomâmis atingidos por doenças como malária e, também, por desnutrição. O governador Romero Jucá pôs o avião do governo à disposição da operação, mas critica a falta de um helicóptero da Força Aérea Brasileira (FAB), que poderia levar médicos e medicamentos às áreas indígenas mais isoladas. Somente na próxima semana é que a Polícia Federal, com o apoio de especialistas em guerra na selva do Exército, entrará nas pistas clandestinas para a retirada dos garimpeiros das áreas indígenas.